



ESTADO DO PIAUÍ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ
CNPJ Nº 04.970.670/0001-91
Avenida 29 de Abril s/n, Bairro Três Maria.
CEP 64.778-000- São Lourenço do Piauí – Piauí.

PROJETO DE LEI Nº 001/2025, de 01 de março de 2025.

Dispõe sobre a Autorização para Criação de uma Casa de Assistência Integral a Pessoas com Deficiências – (CAIPD) bem como a Implantação de Políticas Públicas para Atendimento Municipal e Educação Especial Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas e dá outras providências.

De iniciativa da Vereadora **Dra. Amanda Reis Barbosa**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, submete a apreciação do Plenário o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Casa de Assistência Integral a Pessoas com Deficiências – (CAIPD), destinado ao atendimento especializado e multiprofissional de pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtornos Múltiplos e outros Espectros, Deficiência Intelectual entre outras de cunho intelectual, no âmbito do Município.

Art. 2º - A CAIPD terá como objetivos principais:

- I.-** Oferecer atendimento multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- II –** Oferecer serviço em diagnóstico precoce das pessoas descritas no Art. 1º, diagnóstico esse que deverá ser fornecido por profissionais capacitados e especializados na área de forma gratuita;

III. – Oferecer medicamentos específicos para fins de tratamento bem como a colares de identificação das pessoas acima descritas de forma gratuita;

IV. – Garantir apoio às famílias e responsáveis pelos beneficiários do serviço, bem como acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado aos pais ou responsáveis das pessoas acima descritas de forma gratuita como forma de rede de apoio;

V – Implementar oficinas terapêuticas e atividades de integração comunitária;

VI – Articular – se com outras redes de atendimento público e privado para o fortalecimento das políticas de inclusão;

Art. 3º O Poder Executivo poderá celebrar convênios, parcerias e termos de cooperação com entidades públicas, privadas e do terceiro setor para viabilizar a implementação e o funcionamento da CAIPD.

Art.4º - Fica autorizada instituição a Política de Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com transtorno mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas nas escolas do município;

Art. 5º - São objetivos da Política de Educação Especial e Inclusiva, para atendimento a educandos com Transtorno Mental - **TEA**, Deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas:

I – Fica autorizado ao Poder Executivo oferecer oportunidades educacionais adequadas, por meio do provimento de atenção individualizada, ou seja, um Acompanhante Terapêutico – (AT) de forma a atender às necessidades dos educandos em todas as escolas do município, principalmente na sala de aula dada a equidade garantida pela Constituição Federal às crianças ou adolescentes que necessitarem do mesmo;

II – Fica Autorizado ao Poder Executivo estabelecer padrão mínimo de formação acadêmica de profissionais para a constituição de equipes multidisciplinares, dentre eles psicólogos especializados, terapeutas ocupacionais, entre outros especialistas na área;

III- Fica Autorizado ao Poder Executivo Municipal a Capacitação de todos os servidores da educação para atendimento dessas crianças ou adolescentes para que haja real inclusão das mesmas no ambiente escolar.





ESTADO DO PIAUÍ

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

CNPJ Nº 04.970.670/0001-91

Avenida 29 de Abril s/n, Bairro Três Maria.

CEP 64.778-000- São Lourenço do Piauí – Piauí

Art. 6º - Fica Autorizado o Poder Executivo Municipal realizar a contratação de profissionais qualificados para atender com efetividade os educandos com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas, para as Escolas Públicas Municipais.

§ 1º - As escolas promoverão adequação ambiental, levando em consideração, além do déficit de mobilidade, a realidade neurosensorial e o comportamento do educando, sem custos adicionais para os pais ou responsáveis;

§ 2º - Os sistemas de ensino promoverão cursos de formação continuada e interdisciplinar para qualificar todos os profissionais efetivos ou contratados que atuam na educação especial e inclusiva.

Art. 7º - A implantação da CAIPD deverá considerar a disponibilidade orçamentária e financeira do município, observando as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, para garantir sua efetiva implementação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Piauí – PI, 01 de março de 2025.

Amanda Reis Barbosa

Vereadora Dra. Amanda Reis Barbosa

Aprovado em	<u>reunido</u>
Discussão por	<u>unanimidade</u>
Em,	<u>21</u> / <u>03</u> / <u>2025</u>
<i>Jordenis de Souza Fereira</i>	
Secretário	

Aprovado em	_____
Discussão por	_____
Em,	_____